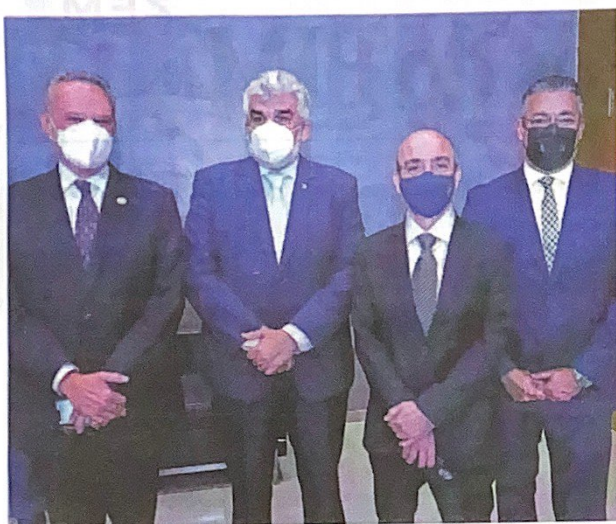




TRIBUNAL DE
CONTAS DO ESTADO
DO AMAZONAS

FALANDO DE CONTAS

@tceamazonas | tceam | tceam | tceam | tceamazonas



Conselheiros do TCE-AM são empossados em diretorias de órgão de inteligência dos TC's

O presidente do TCE-AM, conselheiro Érico Desterro, o coordenador-geral da Escola de Contas Públicas (ECP/TCE-AM), conselheiro Mario de Mello, e o presidente da 2ª Câmara do TCE-AM, conselheiro Júlio Pinheiro, foram empossados na diretoria do Instituto Rui Barbosa (IRB), em solenidade realizada em

Brasília.

O evento aconteceu de forma híbrida em Brasília (DF), no auditório do Tribunal de Contas da União (TCU) e contou com transmissão ao vivo pelas redes sociais do órgão.

Também esteve presente na solenidade, para prestigiar a posse dos três conselheiros na direção do IRB, o conselheiro-ouvidor do

TCE-AM, Josué Cláudio.

Na nova composição do instituto, o conselheiro-presidente do TCE-AM, Érico Desterro, passa integrar o Comitê Técnico de Governança dos TCs; o conselheiro Mario de Mello, é o novo vice-presidente de Desenvolvimento Institucional, já o conselheiro Júlio Pinheiro passou a compor o Comitê de Sustentabilidade do IRB.

TCE-AM emite notas técnicas sobre elaboração do PPA e despesas

Com objetivo de aumentar a confiabilidade das leis orçamentárias e demonstrativos contábeis, o TCE-AM emitiu três notas técnicas aos gestores do Estado a respeito de ações e serviços públicos relacionados à área da saúde e orientações quanto à elaboração do Quadro de Detalhamento das Despesas.

"Cumprindo com o papel pedagógico, estamos orientando os gestores sobre a correta utilização dos recursos públicos com orientações específicas para despesas e elaboração do Plano Plurianual. Antes de ser punitivo, o TCE está aberto ao diálogo com a sociedade e com os gestores", afirmou o presidente do TCE-AM, conselheiro Érico Desterro.

Novos servidores participam de processo de integração no TCE-AM

Para conhecer o funcionamento dos principais setores do TCE-AM, entre eles secretarias, diretorias, departamentos e divisões, os novos servidores da Corte de Contas iniciaram um período de três dias de integração.

Realizado no auditório do TCE-AM, com coordenação da Escola de Contas Públicas (ECP) e apoio da presidência, o evento de integração foi realizado até sexta-feira (18).

Além do conselheiro-presidente Érico Desterro, também compuseram a mesa de abertura do evento o conselheiro-coordenador da Escola de Contas Públicas (ECP), Mario de Mello, o ouvidor do TCE-AM, conselheiro Josué Cláudio, além do procurador-geral do MPC-AM, João Barroso.

TCE-AM multa ex-presidente da Câmara de Humaitá em R\$387,2 mil

O Pleno do TCE-AM julgou irregulares as contas do presidente da Câmara Municipal de Humaitá em 2015, Raimundo Santos Cruz, e penalizou o gestor em R\$387,2 mil, entre multa e alcance. O julgamento aconteceu durante a 5ª Sessão Ordinária.

De acordo com o relatório apresentado pelo conselheiro Ari Moutinho Júnior, o presidente da Câmara Municipal de Humaitá em 2015, Raimundo Santos Cruz, cometeu ao menos 17 irregularidades passíveis de multa. Dentre as irregularidades apontadas, foi indicado que o gestor não realizou um controle efetivo do almoxarifado, onde houve um valor expressivo de gastos para a compra de materiais consumíveis no exercício da gestão.

TCE-AM multa diretor do Serviço de Água e Esgoto de Barcelos em R\$ 40,9 mil

O pleno do TCE-AM desaprovou as contas do então diretor-geral do Serviço Autônomo de Águas e Esgoto do município de Barcelos, em 2019, Renato Cruz Pereira da Silva e aplicou multa de R\$ 40,9 mil. A decisão unânime foi proferida durante a 6ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno. O gestor tem 36 dias para recorrer ou quitar os valores.

Conforme voto do relator do processo, conselheiro Mario de Mello, apesar de ter pedido prorrogação de prazo por mais 30 dias para juntar justificativas quanto a notificações do TCE-AM, o gestor passou do prazo e não justificou, sendo considerado revel por 27 irregularidades contidas na prestação de contas anual.

Os membros do Tribunal Pleno apreciaram o total de 26 processos, sendo nove prestações de contas anuais; três representações; um embargo de declaração; 13 recursos, entre eles oito de reconsideração, três de revisão e outros dois ordinários.

